DESAFIOS, OPRESSÕES E VULNERABILIDADES DA POPULAÇÃO TRANS NA SOCIEDADE

CHEQUER, Maria Carolina Ferrare[1]
FAGUNDES, Débora Mara Lamin[1]
MOURA, Viviane Andrade[1]
SILVA, André Rocha da[1]
PEÇANHA, Fabiana[1]
MACHADO, Thiago Pereira[2]

[1] Graduandos do Curso de Psicologia, da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – mariachequerr@gmail.com; deboramarajm@hotmail.com; andrersilva11@gmail.com; viviane.vivi.andrade@gmail.com; fabiana.miglorenzo@outlook.com
[2] Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós- graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGPSI/UFES. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), estudos têm apontado um alto índice de violências sociais contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTIs) em nossa sociedade. Assim como evidencia a “exclusão, o ódio, o preconceito, a discriminação e a naturalização da LGBTIfobia em espaços públicos e institucionais” (CFP, 2019, p.20). Essas práticas fazem parte de uma organização social estruturada por meio da “negação da diversidade de orientação sexual e expressões de gênero” (CFP, 2019, p.20). Muitas vezes a opressão e o aniquilamento da subjetividade de uma pessoa trans se inicia no seio familiar resultando em um cenário de negligência e negação.

Para Saulo Vito Ciasca, Andrea Hercowitz e Ademir Lopes Junior (2021), no Brasil, os últimos anos foram ainda mais difíceis para a população LGBTQIA+ devido aos discursos violentos propagados por figuras públicas e representantes do governo. Discursos aliados a um contexto de desinformação nas fakenews ganharam destaque nas mídias sociais. Além disso, houve restrição de investimentos em saúde e educação, situações que contribuem para o aumento das práticas opressivas e violentas que têm dificultado a garantia de efetivação dos direitos humanos e sociais.

Este estudo consiste em uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa que visa problematizar as restrições e os desafios impostos pela sociedade à população LGBTQIA+. O objetivo é abordar sobre os desafios, opressões e vulnerabilidades da população LGBTQIA+ no contexto social com ênfase nas pessoas trans. Inicialmente foi realizada uma breve contextualização histórica da tématica e descrevendo algumas práticas opressivas vivenciadas nesse contexto. Espera-se que esta pesquisa ajude a intensificar a visibilidade da população LGBTQIA+ e possa contribuir para a representatividade dessa população em políticas públicas. E que no processo de transformação e acolhimento da sociedade possa-se construir nas instituições e nos governos o comprometimento para com as necessidades que atendam às demandas inclusivas da população LGBTQIA+.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Para esta pesquisa foram realizadas buscas no Scientific Electronic Library Online (SciELO) e na ferramenta de pesquisa Google Acadêmico sobre os descritores “transexualidade”, “historicizando a transexualidade”, “desafios vivenciados pela população trans”, “vulnerabilidade da população trans” e “acesso aos serviços de saúde para a população trans”. O primeiro critério para exclusão foi artigos publicados somente após 2019, o segundo critério de exclusão foi os artigos estarem relacionados ao campo de estudo da Psicologia ou ao acesso de serviços de saúde da população trans. Foi realizada uma leitura previa dos resumos e selecionados seis artigos mais relevantes para a temática deste estudo. Para enriquecer a pesquisa também utilizou-se os livros “Clínica (Trans)Sexualiza(Dor)A: Processos formativos de trabalhadores da saúde”, “Crianças Trans”, “Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar” e “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs” disponibilizado no site do Conselho Federal de Psicologia.

3 DESENVOLVIMENTO

A sigla LGBTQIA+ é usada para se referir às “pessoas que não são cisgêneras, heterossexuais, endossexo e alossexuais” (Ciasca; Hercowitz; Junior, 2021, p.70). As primeiras letras representam respectivamente as pessoas “lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgênero (homens transexuais, mulheres transexuais, pessoas não

binárias, travestis), pessoas intersexo, assexuais e o "+" busca incluir outras identidades, como a pansexualidade" (Ciasca; Hercowitz; Junior, 2021, p.70). Conforme Rafael Rodolfo Tomaz de Lima e colaboradores (2020), as pessoas trans provocam a ruptura de imposições históricas com relação ao que é ser homem e o que é ser mulher na nossa sociedade. Rompe com padrões de gênero tidos como 'normais', embasados por características biológicas, que caracterizam o gênero pelas genitálias, de forma binária e dicotômica. Evidencia também que a "(auto)identidade de gênero é também uma construção social e cultural" (Lima *et al*., 2020, p.2).

De acordo com Lara Araújo Roseira Cannone (2019, p.22) "Os saberes psi (Psiquiatria, Psicanálise e Psicologia) são pioneiros em adentrar a discussão de sexualidade e gênero, mas não os primeiros a desconstruí-la". As ciências começaram a desenvolver produções relacionadas às pessoas trans em meados do século XX, antes disso a homossexualidade e a s orientações sexuais não eram tidos como objeto de estudo científico. A temática se restringia aos saberes médicos e psi, sem dialogar com perspectivas plurais e críticas aliados à lógica da patologia. Os conceitos formados sobre a população trans eram "produto do conhecimento médico, jurídico e moral" (Cannone, 2019, p.24).

Em uma época da história em que não havia uma "distinção entre identidade de gênero e sexualidades, as diferentes expressões eram resumidas à homossexualidade" (Cannone, 2019, p.24). Visto que, como descrevem os autores Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos (2021), foi apenas em 1869 que o escritor Karl Maria Kertbeny cunhou o termo homossexual, em substituição ao termo pederasta. Cannone (2019) explica que por volta de 1887 o termo passou a ser empregado em estudos psicopatológicos, atuava como guarda-chuva agregando toda a população LGBTQIA+ e sua complexidade e características. Já o termo heterossexual foi criado posteriormente em 1892, nos Estados Unidos da América.

A homossexualidade era associada à loucura e à delinquência. O Brasil, nesse período, operava pela lógica higienista, onde as pessoas "tidas enquanto dissidentes da norma: prostitutas, dependentes químicos, pessoas em situação de rua, mulheres subversivas" (Cannone, 2019, p.24), os LGBTQIA+ tinham como destino a internação compulsória. No decorrer da história muitos eram os destinos dessas pessoas, além da internação compulsória eram vítimas de crime institucionalizado, torturas, mortes legitimadas nas fogueiras, doença sendo passível de tratamentos médicos como

eletrochoques e a sodomia era considerada pecado (Cannone, 2019).

A cultura homoerótica perpassou a humanidade desde a Grécia antiga constituindo assim a sociedade ocidental. Observa-se também uma mutabilidade cultural no decorrer do tempo. A nomenclatura transsexual passa a ser empregada na década de 1920 enquanto que cisgênero surge 70 anos depois, em 1990. As terminologias do escopo da sexualidade e gênero são derivadas da área da saúde por profissionais psi com teor patológico, posteriormente essas terminologias são ressignificadas e aprimoradas buscando um olhar desassociado do estigma da anormalidade. A transexualidade foi conceituada pelo médico britânico Harry Benjamin na perspectiva patológica em 1953 (Cannone, 2019). Como descreve Sofia Favero (2020, p.63) “o cis fabrica o gênero e esconde sua própria fabricação [...]”.

Uma das maiores conquistas sobre a despatologização das identidades trans foi a retirada da seção de transtornos mentais da CID-11 para questões relacionadas à saúde sexual. A psicologia, desde 2011, tem se posicionado e um marco nos regulamentos referente às identidades de gênero foi a Resolução nº 01/2018 “que estabelece normas de atuação para psicólogas/os em relação às pessoas trans” (Cannone, 2019, p.22). No entanto, como explica Pablo Cardoso Rocon (2021), as identidades trans ainda constam no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-5) como Disforia de Gênero e na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 11) como Incongruência de Gênero. Por mais que ocorra o processo transexualizador percebe-se que esses dispositivos assim como estratégias políticas de saúde estão sob efeitos de “normalização e reenquadramento pela patologização e medicalização das vidas que escorregam por dentro e fora das normas de gênero” (Rocon, 2021, p.29).

De acordo com as autoras Andréa Vanessa Carneiro Morais e Helena Moraes Cortes (2020), no Brasil, as cirurgias de redesignação sexual tanto a neovaginoplastia como a neofaloplastia são disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). Em consideração a isso, Pablo Cardoso Rocon e colaboradores (2020, p.2348), “o Processo Transexualizador é um importante serviço em saúde para a população trans que vislumbra intervenções cirúrgicas e hormonais”. No entanto, esses processos são muito demorados, burocráticos e excludentes. Para conseguir acesso aos serviços transexualizadores, o usuário precisa passar por, no mínimo, dois anos de acompanhamento psicológico e psiquiátrico o que dificulta o aceso a esses serviços,

enquanto perduram os preconceitos em várias esferas sociais. “Assim, o prazo de dois anos de acompanhamento psicológico compulsório é arbitrário, pois defende-se que a avaliação psicológica fosse realizada de acordo com as necessidades individuais da pessoa e não pré-estabelecidas” (Morais; Cortes, 2020, p.1).

A população trans vivencia muitas dificuldades “no acesso e permanência aos serviços públicos de saúde em decorrência da discriminação e patologização das vidas trans e do desrespeito ao nome social” (Rocon, 2021, p.29). Essas e outras situações levam o Brasil a ser campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais, de forma que um LGBTQIA+ é brutalmente assassinado a cada 20 horas ou se suicida no Brasil. Em vista disso, o Brasil “lidera o ranking internacional em episódios recorrentes de transfobia” (Cannone, 2019, p.22). As práticas homofóbicas são responsáveis de forma direta ou indireta por essas mortes. A população LGBTQIA+ morre pela ação de um estado que os mata através de várias mãos, por armas de fogo ou pelos amoladores de faca muitas vezes induzidos por livros considerados sagrados. Essas pessoas são alvo do racismo contra todos aqueles não normalizados no gênero binário e a sexualidade heteronormativa (Rocon, 2021).

Segundo Antônio Ananias Nogueira Netto e Flamarion Dutra Alves (2024), a violência de gênero e a LGBTQIAfobia causam inúmeros danos na vida da pessoa. Dentre eles os autores destacam que um dos períodos mais difíceis relatados pelos participantes em sua pesquisa foi o período escolar. Os entrevistados relataram sofrer bullying, violência física, verbal e psicológica. O principal motivo por bullying apresentado na pesquisa foi o uso do banheiro feminino por mulheres trans. Nesse sentido, Nogueira Netto e Alves (2024, p.188) explica que “por muitos anos, o ambiente escolar não estava preparado para a diversidade, o que gera conflitos que se materializam nesse território em forma de violência física, verbal e psicológica”.

A violência dentro das escolas não é vivenciada apenas com pessoas trans mas por toda a população LGBTQIA+. Com a dificuldade de conviver no ambiente escolar somada ao despreparo dos profissionais para acolher este público as pessoas inseridas no grupo LGBTQIA+ abandonam os estudos. Para Nogueira Netto e Alves (2024, p.188-189) “a escola não é lugar de acolhimento e respeito à diversidade, tendo várias consequências futuras na escolaridade, trabalho e questões psicológicas”. Observa-se que os espaços territoriais são marcados por um modelo hegemônico resultando em desigualdades estruturais para as pessoas que se identificam no grupo

LGBTQIA+. Desta forma, essa população vive marginalizada e é importante pensar sobre a territorialização dos espaços, pois é fundamental que a população LGBTQIA+ possa ser inserida nesses espaços de forma autêntica sem marginalizações.

O aniquilamento e a negação da subjetividade das identidades trans ocorrem de diversas formas, seja na invasão da privacidade, na vigilância e normatização do desejo ou no comportamento expresso, violências verbais, psicológicas e sexuais, no olhar de condenação e restrições de ambientes, rompimento familiar e quebra de vínculo, enfim a destituição do outro de uma humanidade. São práticas violentas embasadas no conceito heteronormativo como única forma normal e possível de manifestar o desejo sexual, afeto, carinho e estabelecer uma relação familiar. Assim como “a cisgeneridade a única possibilidade de regulação de gênero e corpo” (CFP, 2019, p.37).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do complexo cenário social e político percebe-se que há um longo caminho para a despatologização e inclusão da população LGBTQIA+ no Brasil. A psicologia brasileira atua com comprometimento a favor da despatologização das identidades lutando pelas diversidades sexual e de gênero. Há um grande avanço das ciências psicológicas no que tange a essa população. Contudo, ainda há uma normalização através dos manuais diagnósticos necessários para poder dar entrada no processo transexualizador. São necessários dois anos de acompanhamento psicológico compulsório que colocam as pessoas trans no lugar de incapacitadas para fazerem suas escolhas.

Em suma, muitos movimentos pela despatologização das identidades trans permanecem embasados em certos conceitos sobre gênero e sexualidades tidos como verdades que idealizam novas categorias patológicas para enquadrar essa população tanto no DSM como no CID. Ademais, sabe-se que a ciência não produz uma verdade imutável, pois o conhecimento deve ser produzido constantemente considerando o contexto social no qual se produz. A busca pelos direitos da pessoa trans sobre seus corpos e suas escolhas vai além de verdades normativas, é, na verdade, um direito já estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos há mais de 70 anos que lhes está sendo negado.

5 REFERÊNCIAS

CANNONE, Lara Araujo Roseira. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228487, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/MgsxScRgNWtdkrmkptwDwBC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 ago.2024.

CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir Lopes. **Saúde LGBTQIA+** : práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

CONSELHO Federal De Psicologia. **Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.Disponivel em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/CFP_TentativasAniquilamento_WEB_FINAL.pdf. Acesso em: 20 ago.2024.

FAVERO, Sofia. **Crianças Trans**. Salvador, BA: Devires,2020.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. Homofobia: uma interpolação na abordagem da transexualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 24, n. 1, p. 25–50, jan. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlpf/a/tSLprS6rwJVGSTtkfBzDKqg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 ago.2024.

LIMA, Rafael Rodolfo Tomaz de et al. Análise bibliométrica de teses e dissertações brasileiras sobre travestilidade, transexualidade e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, p. e00301131, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/wrr7g3F9HKQNnMN6HzbKb3L/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 ago.2024.

MORAIS, Andréa Vanessa Carneiro; CORTES Helena Moraes. Cirurgia de redesignação sexual: implicações para o cuidado. **Journal of Nursing and Health**, v. 10, n. 3, 2 jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/16773/11544. Acesso em: 17 ago.2024.

NOGUEIRA NETTO, Antônio Ananias; ALVES, Flamarion Dutra. Territorialidades LGBTQIA+ em Alfenas – MG: entre espaços de acolhimento e insegurança. **Terra Livre**, *[S. l.]*, v. 2, n. 61, p. 169–215, 2024. DOI: 10.62516/terra_livre.2023.3427. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3427. Acesso em: 18 ago. 2024.

ROCON, Pablo Cardoso. **Clínica (Trans)Sexualiza(Dor)A**: Processos formativos de trabalhadores da saúde. Salvador, BA:Devires,2021.

ROCON, Pablo Cardoso *et al*. Vidas após a cirurgia de redesignação sexual: sentidos produzidos para gênero e transexualidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.

25, p. 2347- 2356, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/4sX9R9TRSNk4hzdC8dwrsQb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 ago.2024.